

CULTURA POLÍTICA – UM DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS (1940-1942)

Pâmela Cristina de Lima¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender a construção discursiva de Getúlio Vargas (1882-1954), que governou o Brasil em dois períodos distintos (1930-45; 1951-54). Analisaremos, especificamente, o período de 1940-42, que compreendeu o discurso do então presidente a respeito da Segunda Guerra Mundial (1939-45) e suas possíveis ressonâncias no Brasil, proferido aos militares brasileiros, e sua publicação no periódico Cultura Política (1941-1945). Este, por sua vez, foi uma revista vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 com o objetivo de propagandear o governo e seu líder, bem como controlar os conteúdos que seriam veiculados nos diversos meios de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Cultura Política. Getúlio Vargas.

CULTURA POLÍTICA – A DISCOURSE BY GETÚLIO VARGAS (1940-1942)

ABSTRACT

This study aims to understand the discursive construction of Getúlio Vargas (1882-1954), who governed Brazil in two different periods (1930-45; 1951-54). We will specifically analyze the period 1940-42, which included the then president's speech regarding the Second World War (1939-45) and its possible resonances in Brazil, given to the Brazilian military, and its publication in the journal Cultura Política (1941-1945). This, in turn, was a magazine linked to the Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), created in 1939 with the objective of advertising the government and its leader, as well as controlling the contents that would be broadcast in different media.

KEYWORDS: Brazil. Cultura Política. Getúlio Vargas.

¹ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e Mestranda em História pela mesma Instituição. Membro do Grupo de Trabalho História Intelectual e dos Conceitos (ANPUH-RS) e do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC-UPF). Atua como professora no Colégio Universos e na Escola Sarandi, instituições de ensino de Sarandi/RS. É autora das obras *Farrapos, bandeirantes e beduínos*, publicada em 2021 pela Acervus Editora, e *Terra virgem, amor submisso: uma perspectiva decolonial* (publicada em 2022 pela mesma editora). Seus estudos concentram-se na produção historiográfica sul-rio-grandense do século XX e suas relações com níveis mais amplos de representação, identidade e usos do passado. E-mail: 174267@upf.br.

Mas a Pátria não sucumbirá, eterna na nossa fé, no nosso amor, na união sagrada que manteremos, guardando os lares dos nossos filhos e as tradições da nossa história – Getúlio Vargas (1942)

1. MARCAS DO PERÍODO

A história de algum grupo, sujeito ou objeto só pode ser compreendida de maneira coerente se observarmos atentamente suas marcas. Por marcas, referimo-nos tanto àquelas legadas pelos contemporâneos do recorte temporal que analisamos, quanto aos traços fundamentais do contexto que tomamos em nossos estudos. Quando tratamos da Era Vargas (1930-45; 1951-54), as premissas anteriores se tornam tão plausíveis quanto necessárias. Plausíveis, uma vez que voltar aos documentos produzidos durante a gestão de Getúlio Vargas nos permite compreender melhor os discursos que repercutiram nas práticas, bem como as bases das quais partiram tais formulações. Necessárias, pois consideramos de extrema pertinência a reflexão acerca do campo de experiências e expectativas que permeou tanto a tomada de decisões por parte de Vargas, quanto a discursividade do então presidente acerca do plano interno brasileiro e das escaramuças que se davam externamente. Dito isto, enfatizaremos alguns pontos nevrálgicos do período imediatamente anterior à assunção ao cargo de Presidente por parte de Vargas, no ano de 1930.

Pensar a história e a História brasileiras implica considerá-las enquanto campos de reflexão. Refletir sobre sua escrita e discursos que as permeiam acarreta o entendimento das demandas, anseios e expectativas daqueles que as constroem. Neste cerne, compreendemos a importância de pensar a História, sobretudo, a partir da analogia com a carteira de identidade (Schwarcz, 2011) – no papel, cristalizam-se as datas e as informações que teriam feito parte do passado brasileiro, em detrimento a tantas outras questões que poderiam constar, mas que ficam de fora justamente pelo poder de seleção e escolha que os historiadores possuem. A instância de ressonância daquilo que se escreve, no entanto, é mais ampla. Por ela, perpassam os discursos oficiais, os comentários sobre estes últimos, as discussões e diálogos de botequins e padarias, as conversas ordinárias... a vida. Cremos que esta reflexão inicial é importante para adentrarmos aos poucos no mote deste estudo – o discurso de Vargas proferido a militares e publicado num periódico governamental, Cultura Política. Considerando a popularidade varguista, compreendemos a amplitude de circulação e adesão que seus discursos obtinham. Mas aquela era apenas uma visão, como tantas outras possíveis e plausíveis. Eis a característica fundamental do discurso (Orlandi, 2020) – a palavra em movimento, seus efeitos e sua circulação. É esta a nossa ênfase.

Desde a Proclamação da República, em 1889, o Brasil viveu sob o tilintar das espadas e a mescla cremosa e aromática do café com leite. Do final do século XIX até os anos 1920, o país estaria sob o governo de militares, instituído após a derradeira queda da Monarquia, e dos cafeicultores paulistas em alternância com os mineiros produtores de leite (Schwarcz; Starling, 2015). Provinda de insatisfações várias em relação ao trono real, surgiria a cadeira presidencial, posta sobre os escombros de um regime que há muito não satisfazia os interesses da elite rural brasileira. Apesar das críticas que o Movimento Republicano proferia à Monarquia, sobretudo a partir de 1870, a República seria instaurada e construída sobre bases tão problemáticas quanto as do sistema anterior. O palco de proporções continentais veria sobre si um regime calcado no poder de elites regionais, sobretudo da região sudeste, que se alternariam no poder central eleição após eleição, num sistema de alianças e trocas de favores que funcionava em níveis amplos, do nacional ao local, coadunando compras de votos, coerção, mandonismo e poder. Numa sincronia nem sempre harmoniosa, representantes de São Paulo e Minas Gerais ocupavam a cadeira presidencial. Mas nem tudo era pompa.

No outro extremo da sociedade brasileira, gravitavam elementos e grupos variados que batalhavam dia após dia pela sôfrega aquisição de gêneros alimentícios nas lojas de secos e molhados do comércio local. Vivendo amontoados em vilarejos insalubres, geralmente em redor dos galpões fabris, estavam os operários (Napolitano, 2020b). Mal alimentados, precariamente vestidos e insalubrememente acomodados e estabelecidos, os trabalhadores das fábricas vinham há décadas enfrentando todos os tipos de adversidades, de condições sanitárias à exploração fabril. O mesmo governo que se vangloriava do “progresso” que as indústrias estavam proporcionando acabava por negligenciar os principais sujeitos deste processo: a massa operária. Em 1917, uma greve geral alarmou o Brasil e mostrou a força que a coesão operária poderia representar. Em 1922, seria fundado o Partido Comunista (PC) brasileiro, agregando milhares de operários em seus quadros de sócios. Poucos anos depois, eclodiria a grande marcha tenentista, posta contra o governo oligárquico e movimentada Brasil afora. Estava claro que as bases anteriormente cimentadas não mais ofereciam a estabilidade pretendida.

A elite e os políticos sul-rio-grandenses, assim como de outros estados brasileiros, mostravam-se saturados da alternância entre mineiros e paulistas desde o início da década de 1920. Dentre os que reivindicavam maior participação e espaço de atuação, estava Getúlio Vargas, político de carreira no Rio Grande do Sul. Ao lado das reclamações das elites estaduais, estava a movimentação dos trabalhadores e de outros setores sociais. Num extremo, a ânsia por poder; noutra, os estômagos

vazios. Causas diferentes, crise comum – em 1924, o então presidente Arthur Bernardes (mineiro) decretaria estado de sítio, com bombardeios sobre vilarejos civis (Napolitano, 2020b). A situação de contestação e dissidências se arrastaria sob controle até 1929, quando teria início o processo presidencial sucessório a Washington Luís (paulista). Sob uma errata – ou sob um propósito? – Júlio Prestes, outro nome paulista, foi indicado (Schwarcz; Starling, 2015). Juntaram-se preteridos mineiros com os insatisfeitos sul-rio-grandense, dando gênese à Aliança Liberal, nas figuras de Getúlio Vargas e João Pessoa. Entre tensões, corria o processo eleitoral. O barril de pólvora explodiu quando João Pessoa foi assassinado. Entre alardes, incertezas e acusações, a morte do candidato à vice-presidência foi transformada em mote de ação e ato perpetrado pela chapa opositora nas eleições.

O estabelecimento de guarnições militares no quintal do governo presidencial de Washington Luís, no Rio de Janeiro, parecia o anunciador de uma guerra inevitável. Sob a ameaça das armas, depôs-se o então presidente. Vargas chegaria em 31 de outubro de 1930, sendo empossado a 3 de novembro (Napolitano, 2020b). A tinta da caneta substituiu as armas no processo de assunção da presidência por Vargas, processo esse calcado na insatisfação sul-rio-grandense quanto à efêmera participação nas instâncias decisivas do cenário político nacional, e não em crítica social ou desejo de amplas mudanças setoriais. Eis a “revolução” tão proclamada na historiografia e tão implausível quando analisada à luz dos estudos historiográficos atuais.

2. A CULTURA POLÍTICA

De 1930 a 1945, Getúlio Vargas ocupou o cargo de presidente do Brasil, primeiramente de maneira provisória (1930-34) e, mais tarde, a partir de um governo constitucional (1934-37). Durante estes primeiros anos, Vargas faria tanto alianças com grupos antes entendidos como díspares em relação a suas propostas, quanto se afastaria de núcleos que lhe forneceram sustentação para chegar ao poder, cujos interesses não mais se alinhavam aos seus. Assim, em vários processos de depuração, Getúlio fortaleceu vínculos, alijou sujeitos e viu a constituição de grupos de oposição, em processos contínuos (Pandolfi; Grynszpan, 1997), dada sua habilidade para mediar conflitos e amenizar embates políticos.

Um momento muito significativo ao Primeiro Governo Vargas (dado que haveria um Segundo, nos anos 1950, por via democrática) foi a instauração do chamado Estado Novo (1937-45). O presidente, que havia subido ao poder a partir de um golpe de Estado, em 1930, daria sequência a seu governo por meio de outro golpe, instaurando um governo autoritário, calcado em uma Carta que

tornava ainda mais claro o intento de centralização que o governo já vinha demonstrando. O progresso estava na ordem do dia – “modernizar conservando”, por meio da indústria, da urbanização e do aumento nas exportações, parecia ser uma necessidade latente. O novo sistema, por outro lado, contava com a produção agropastoril como um de seus eixos principais. Em termos burocráticos, o aparelho estatal tratou de criar Ministérios e Secretarias que fornecessem o aparato necessário à centralização, nos mais variados âmbitos, da saúde e da educação aos postos de trabalho e sindicatos. Embora centralizador, rígido e autoritário, o regime estadonovista seria defendido e elogiado por muitos intelectuais, bem como difundido nos vários meios de comunicação (Oliveira, 2003), como os programas de rádio e periódicos.

Em 1939, por decreto do presidente Vargas, seria criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), voltado tanto para a propaganda do governo, do regime e das medidas adotadas, quanto ao controle de textos, músicas e conteúdos que pudessem vir a circular nos diferentes meios de comunicação (DUTRA, 2019). Dentre os periódicos vinculados ao DIP, que serviram como meio direto de difusão de informações referentes ao governo do Estado Novo, está a Revista Cultura Política, que circulou de março de 1941 até outubro de 1945. O periódico podia ser encontrado nas bancas de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo muito prestigiado e remunerando adequadamente seus colaboradores. O subtítulo da Revista, "revista de estudos brasileiros", deixava claros seus objetivos de versar a respeito do contexto do país, englobando as transformações que vinham ocorrendo nos vários âmbitos. Os intelectuais ocupavam papel de destaque, sendo eles os porta-vozes na disseminação e legitimação do Estado Novo. Dentre eles, estiveram Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo. Tiveram artigos publicados, também, letrados como Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré.

O projeto da Revista era moderno. Além de ter seu sumário dividido por eixos temáticos, comportava notas sobre os autores e explicitava os objetivos de cada publicação. Isso se explica, em grande parte, pelo fato de o periódico ser diretamente ligado ao órgão de propaganda do governo, o DIP, que se preocupava com a imagem que estava sendo construída e transmitida através da circulação dos textos. Por isso, a grande gama de temáticas tratadas e, ainda, de autores cujos textos eram publicados. O periódico, em síntese, funcionou como um meio oficial e oficializado de difusão de informações sobre o governo Vargas, além de temas relacionados a estudos sociais, políticos e econômicos.

Passaremos à análise de um dos artigos publicados na Revista, assinado por Getúlio Vargas. O texto, publicado na edição número 2, de 1942, é a transcrição de um discurso proferido pelo presidente no dia 31 de dezembro de 1941, em um banquete oferecido pelas “classes armadas”, num dia de “fraternidade nacional, o último de um ano de trabalho profícuo em prol das ideias e realizações que nos congregam o serviço da Pátria” (Vargas, 1942, p. 83). O evento, ocorrido no Automóvel Clube, seria uma oportunidade para o presidente aproximar-se das Forças Armadas do Brasil, explanando a seus membros a situação do país em relação ao contexto internacional. Elogiando o ano de 1941, Vargas aproveitaria para prospectar 1942, ciente da grande neblina que os conflitos externos projetavam no Brasil. Antes de prosseguirmos à análise do discurso de Vargas, publicado em forma de artigo na Revista, nos ateremos brevemente à conjuntura do início dos anos 1940, interna e externamente, de modo a situar a referida publicação em seu contexto espaço-temporal.

Desde os anos 1930, o autoritarismo assolava grande parte do globo. As heranças da Primeira Guerra Mundial, a busca pela reconstrução econômica, moral e política, bem como os diferentes grupos e blocos que foram se formando, abriram espaço a lideranças fortes e pujantes, que passaram a controlar grandes massas e territórios a pulso firme. Não esqueçamos, ainda, das difundidas teorias eugênicas e preconceituosas, provenientes ainda do cientificismo do século XIX (Moraes, 2017), que inculcavam nos imaginários a ideia da existência de “raças puras”. Somados, estes e outros fatores desencadearam, sobretudo na Europa, regimes marcados por fortes graus de autoritarismo e centralização. Além disso, diferentes interesses estavam em jogo, fazendo com que algumas das grandes potências divergissem entre si, desencadeando um segundo conflito armado, mais brutal, estrategista e bem-estruturado belicamente do que aquele ocorrido em 1914 (Napolitano, 2020a). A Segunda Guerra Mundial (1939-45) das trincheiras, dos bombardeios e dos fascismos emergiria, expandindo-se ideológica e economicamente a campos afastados da Europa.

Em 1939, o Brasil encontrava-se arregimentado sob o Estado Novo. Vargas compartilhava de muitos traços do autoritarismo italiano e alemão, como “as técnicas de manipulação destinadas a provocar mudanças de sensibilidade e exaltação dos sentimentos, mas também as formas de organização e planejamento dos órgãos encarregados da propaganda política” (Capelato, 1999, p. 168). Até então, Vargas tentou manter certa neutralidade em relação ao apoio a alguma das potências em guerra na Europa. Em 1942, porém, a pretensão de neutralidade se desfez – um ataque a navios brasileiros por parte da Alemanha, na costa, deixou civis brasileiros mortos e teve forte impacto e repercussão nas mentes e nos periódicos do país. Vargas, a partir de então, se posicionaria contra o

Eixo, enviando soldados brasileiros para lutarem junto aos Aliados, em 1944 (Schwarcz; Starling, 2015). É nesta conjuntura turbulenta que se insere o discurso de Vargas publicado na Revista Cultura Política. O banquete junto às Forças Armadas ocorreria pouco tempo antes da investida alemã. A debandada para o lado dos Estados Unidos, no entanto, parece latente no discurso do presidente.

Ao dar início à sua fala, Vargas tece vários elogios aos feitos do governo durante o ano de 1941: “criamos indústrias, ampliamos e renovamos as existentes, reequipamos e prolongamos estradas de ferro, aumentando, do mesmo passo, a capacidade de transporte” (Vargas, 1942, p. 83). Ainda tratando do âmbito econômico, o presidente elogia o comércio acordado com países da América, ou, em suas palavras, a “cordialidade americana”. Vargas reconhece a existência de “dificuldades mundiais”, ou seja, as barreiras e desacordos desencadeados a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial que, na contemporaneidade do discurso presidencial, já se dava há praticamente dois anos.

No documento analisado, o intento do presidente era de “acalmar” o povo brasileiro, argumento que se sustenta pela publicação do discurso na Revista. Vargas salientava que, no início dos anos 1940, não havia “superprodução agrária nem excessos prejudiciais armazenados”, e as indústrias estavam passando por um momento de prosperidade, “graças aos preços remuneradores do mercado interno e da exportação”. O país, no discurso de Vargas, vivia um “quadro progressista”, resultante “da índole lutadora, do espírito empreendedor do nosso povo e do clima de tranquilidade que desfrutamos” (Vargas, 1942, p. 84). Lembremo-nos que a tranquilidade à qual alude Vargas pode ser entendida como a neutralidade que o mesmo pretendia, uma vez que, até então, o Brasil não havia declarado apoio a nenhuma das frentes envolvidas na guerra que estava ocorrendo em solo europeu. É salientado, inclusive, que “mantínhamos exemplar neutralidade dentro das normas do direito das gentes”, estando os compromissos e agendas “restritos ao continente” (Vargas, 1942, p. 84).

Note-se que, discursivamente, Vargas se expressa utilizando a primeira pessoa do plural, nós. Parece-nos, assim, que o presidente buscou atribuir um tom de coletividade à sua fala, na qualidade de representante do povo, bem como invocar um matiz de unidade, como se todos fizessem, falassem e concordassem com o que estava sendo pronunciado no discurso presidencial. Esta estratégia nos soa como uma forma de, por um lado, reafirmar o caráter centralizador de seu governo e o poder pessoal de seu governante e, por outro, apresentar-se enquanto representante da nação e dos interesses da coletividade. Prosseguindo, Vargas declara que

As nações, porém, como os indivíduos, atravessam grandes momentos em que é preciso enfrentar o destino. Devem, então, fazê-lo com firmeza porque ninguém pode, na época conturbada que o mundo vive, garantir-se contra imprevistos e

surpresas, senão assumindo posições claras e agindo sem tergiversações. Tomamos a decisão que corresponde ao nosso determinismo histórico. Está pautada em obrigações solenes e representa a livre deliberação do povo, cuja soberana vontade o governo facilmente interpreta (Vargas, 1942, p. 84).

Apesar da tentativa de manter a neutralidade, o clima de tranquilidade não seria garantido por muito tempo. A decisão apontada por Vargas no trecho acima, por exemplo, se refere à aproximação gradual aos Estados Unidos e, posteriormente, à Segunda Guerra Mundial, juntamente aos Aliados. Atentemos, no trecho lido, ao fato de Getúlio apontar as decisões que estavam sendo tomadas como um “determinismo histórico”, ou seja, como se as coisas estivessem destinadas a acontecer daquela maneira. Além disso, na posição de porta-voz do regime, Vargas se apresenta como representante da vontade soberana do povo, a qual teria sido interpretada pelo governo. A concepção de um Estado tutelar, presente no ideário do Estado Novo, se faz notar neste trecho do discurso presidencial. O *povo*, unidade homogeneizada, massificada e genérica, teria sido ouvido pelo governo, figura paterna, centralizada e foro legítimo de ação.

Continuando sua fala, Vargas trataria da conjuntura de sua contemporaneidade a partir de supostas exigências, ou seja, demandas às quais era preciso atender. Assim, aquele contexto exigiria “vigilante união, indestrutível confiança uns nos outros e decidida repulsa à facúndia dos boateiros e à solerte inventiva de propagandas oriundas de fontes suspeitas e interessadas” (Vargas, 1942, p. 84). O discurso do presidente apresentava um conclave ao povo, de modo que permanecesse unido, “dando o máximo de seu esforço”, tendo “como formigas previdentes, os celeiros cheios” (Vargas, 1942, p. 85). O que Vargas pedia a seu povo, assim, era que se mantivesse alerta àquelas propagandas e notícias que não chegassem a ele pelos meios oficiais, a exemplo do DIP, e para que não paralisassem suas atividades frente ao horizonte de guerra que se vislumbrava.

Falando de modo enfático aos representantes do “Exército, da Marinha e das Forças Aéreas Brasileiras” (Vargas, 1942, p. 84), o presidente afirmaria que “se tentarem violar qualquer trecho do nosso território, o Brasil coeso lutará confiante na bravura dos seus soldados, que cultuam, acima da própria vida, a honra, a disciplina e o dever” (Vargas, 1942, p. 85). Se, ao início da fala, é feito um agradecimento aos militares e demais presentes por receberem Vargas em um banquete, ao final o presidente sela uma espécie de compromisso com eles, no que diz respeito à sua prontidão e lealdade caso houvesse algum episódio bélico em solo brasileiro. Mais do que isso, Vargas invoca a todos os brasileiros para que lutem, cada qual em sua trincheira, em prol do Brasil:

São conhecidas as previsões de longa duração do conflito, e, na expectativa de que se realizem, o que nos cumpre fazer é não reduzir o ritmo do nosso trabalho, mas

acelerá-lo por todas as formas, para suprir as nossas necessidades e ajudar a obra de reconstrução de após-guerra (Vargas, 1942, p. 84-85).

Vargas tinha ciência da situação da guerra que ocorria, conforme verificamos acima. O chamado ao povo brasileiro, a partir deste horizonte, se dava em três frentes principais: a) luta dos soldados e fidelidade à pátria; b) união do povo e criticidade frente às propagandas; e c) trabalho e reconstrução ao fim do conflito. Presente e futuro andariam de mãos dadas no discurso de Vargas, cabendo ao Estado atuar na conciliação de diferentes situações e na orientação aos brasileiros. O Brasil no pós-guerra, economicamente, ampliaria seus mercados e diversificaria seus produtos, com celeiros cheios, conforme anunciava o presidente no documento aqui analisado. Contraditoriamente, porém, as ruínas do autoritarismo europeu, somadas à aliança com os Estados Unidos liberais, minariam o poder de Vargas, ao menos na conjuntura dos anos 1940. A sombra do autoritarismo ficaria menos intensa e os ventos democráticos trariam Vargas ao poder anos mais tarde. Entrariam em cena novos matizes, novos atores e novos grupos, o que não significa que as estruturas basilares baqueariam a ponto de ruírem por completo.

3. DO DISCURSO À PRÁTICA

A formação discursiva de Vargas, que consiste nos argumentos, fatos, noções e conceitos que o presidente mobilizou (Orlandi, 2020), é construída a partir das demandas do presente do sujeito que a engendrou. Conforme afirmamos no início deste estudo, a compreensão do contexto varguista é de fundamental importância para situarmos corretamente os argumentos que empregou. Neste caso específico, seu discurso perpassa pelas características de sua contemporaneidade a partir da ânsia de, por um lado, tranquilizar a população frente à guerra deflagrada na Europa e, por outro – e em simultâneo – ratificar e reafirmar a necessidade de união do Brasil, física e simbolicamente falando, enquanto nação.

Compreendemos que o discurso de Vargas transcrito na *Cultura Política* não se trata de um texto histórico/historiográfico. Entendemos, por outro lado, que o presidente tratou de temas extremamente em voga naquele período (1940-42) – Segunda Guerra, comunismo, reconstrução europeia, relações internacionais brasileiras, contexto econômico etc. –, o que nos leva a considerar seu discurso como inserido numa teia maior, cujos eixos foram justamente acontecimentos históricos de sua contemporaneidade. Saindo da vida prática, de seu *espaço de experiências*, Vargas conjecturou pontos de vista que enfatizaram aquilo que estava por vir, ou seja, o *horizonte de expectativas* (Koselleck,

2006) que se anunciava em um mundo permeado pela guerra entre potências, na Europa, cujo vulto começava a sombrear o Brasil.

Um primeiro aspecto precisa ser considerado. Vargas subiu ao poder num contexto marcado pelas dissidências e mesmo pela instauração de estado de sítio (Napolitano, 2020b), iniciou seu governo com graves fissuras em termos de interesses e enfrentou períodos de revoltas, como a Revolução Constitucionalista de 1932 (Schwarcz; Starling, 2015), instaurando um governo autoritário em 1937 – o Estado Novo. Sua fala aos militares, no discurso transcrito em *Cultura Política*, evidencia uma das marcas de seu governo/contexto, num nível mais amplo – a base armada dos governos. Assim como na Europa, sobretudo Alemanha e Itália, o poder do governante ancorava-se nas armas de seus exércitos, havendo repressões e censuras várias. Isso ajuda a entender o porquê de Vargas ter proferido aquele discurso de coesão, invocando a união e a prontidão a defender o território tanto de possíveis desdobramentos da guerra europeia, quanto do comunismo.

Mas não bastava estar pronto – também era preciso agir. Vargas aponta, no início do discurso, o potencial industrial e agrícola brasileiro, iteirando seus ouvintes/leitores daquilo que havia sido feito no ano anterior (1940). Ao final da fala, o presidente conclamará os brasileiros, de modo geral, à ação. Vargas parece ter ciência das dificuldades de abastecimento e recuperação que os países beligerantes europeus teriam após o cessar-fogo e os acordos de final de conflito. Era preciso trabalhar e zelar para manter os “celeiros cheios”, como ele mesmo afirma – uma metáfora para o aproveitamento da ruína europeia no fomento da economia e da indústria brasileiras. Calcado na ideia de unidade, converte o eco de sua voz em ressonância do todo, afirmando a si mesmo como parte daquele trabalho constante que deveria ser realizado.

Pelos fatores que expusemos ao longo de nossa argumentação, consideramos que Vargas partiu das *carências de orientação* e *interesses* de sua contemporaneidade, partindo para o *discurso* mobilizador e calcado em elementos históricos e políticos, e retornando à *prática*, na qual seu discurso encontraria uma *função social* (Rüsen, 2001). Em outros termos, Vargas empreendeu uma mobilização de temas e ideias que figuravam na pauta de seu contexto, relacionando o que já havia sido feito com o que ainda teria de ser realizado. Conectando e amalgamando questões internas e externas, o presidente reiterou a necessidade de unidade, transversal em seu governo, tecendo sua estrutura discursiva a partir dos efeitos que causaria naqueles que a acessassem. Isso explica o porquê de proferir o discurso aos militares, eixos de sua política autoritária, e torná-lo disponível em um periódico do DIP, facilitando seu acesso e circulação entre outros grupos sociais. Partindo das marcas de seu período e de suas

demandas, Vargas a elas regressa a partir de um discurso que evoca unidade e coesão, conferindo a isto um tom de necessidade frente às adversidades e oportunidades que pareciam surgir no horizonte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proveniente da elite política sul-rio-grandense, Getúlio Vargas emergiu como presidente do Brasil num contexto conturbado e tenso da política brasileira. Sua ascensão ao poder, em 1930, deflagrou-se a partir de ações calcadas na reatividade em relação à suposta marginalidade sul-rio-grandense na política oligárquica do período republicano em suas primeiras décadas. Aliados com os insatisfeitos mineiros, os sul-rio-grandenses constituíram a Aliança Liberal, iniciando um movimento armado de tomada do poder e acabando por ingressar no governo nacional a partir da destituição forçada do então presidente, Washington Luís. Eis as marcas do período.

Nas várias faces de seu governo, Vargas ficou marcado pela conciliação sobre bases autoritárias. Este fato nos ajuda a compreender a importância do discurso proferido aos militares e o caráter basilar dos temas que elencou, dentro das contingências de seu contexto. Em síntese, o que o presidente buscou foi mostrar a capacidade brasileira em várias frentes, da indústria ao combate do comunismo, numa conjuntura marcada pelo início da ferocidade divisória entre comunistas e não adeptos a este sistema. Num processo de apresentação dos feitos no passado imediatamente anterior e do vislumbre do que estava por vir, Vargas amalgamaria passado e presente numa construção discursiva elaborada a partir de suas demandas – e como possíveis respostas a elas.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.167-178.

DUTRA, Eliana de Freitas. Cultura. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 4, 2019, p. 229-274.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

MORAES, Luis Edmundo. **História Contemporânea**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo. Editora Contexto, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **História Contemporânea 2: do entreguerras à nova ordem mundial**. São Paulo: Editora Contexto, 2020a.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Editora Contexto, 2020b.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p.323-351.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2020.

PANDOLFI, Dulce; GRZYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia Política**, n. 9, 1997, p.7-25.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: **Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. História como carteira de identidade em processo. In: SILVA, Alberto da Costa e [org.]. **Crise colonial e independência – 1808-1830**, 2011. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, p. 13-18.

VARGAS, Getúlio. O Brasil e o momento político mundial. **Revista Cultura Política**, n. 2, 1942, p. 83-85. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=rev>. Acesso em: 12jun. 2021.

Data de submissão: 17/11/2022

Data de aprovação: 21/08/2023